

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Denise Pereira  
(Organizadora)



**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A transversalidade da Prática do Profissional de História

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO	
<a href="#">Berilo Luigi Deiró Nosella</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ	
<a href="#">Angla Pereira dos Santos Rodrigues</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>14</b>
A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)	
<a href="#">Regina Coeli Alcantara Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>24</b>
A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS	
<a href="#">Helber Renato Feydit de Medeiros</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925045</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>31</b>
A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO	
<a href="#">Marília Villanova Rodriguês</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>38</b>
A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	
<a href="#">Guillaume Azevedo Marques de Saes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>46</b>
A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)	
<a href="#">Bruna Alves Carvalho Mendes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>54</b>
A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE <sup>1</sup>	
<a href="#">Eduardo de Souza Gomes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>65</b>
A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE	
<a href="#">Marcos Antonio de Menezes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8211925049</b>	

<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>76</b>
CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO	
<a href="#">Ingrid Silva Lucas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>85</b>
DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
<a href="#">Leonardo Oliveira Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>99</b>
DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: Trajetória Política De Eduardo Gomes Em Contextos De Transições	
<a href="#">Flavia Salles Ferro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>105</b>
DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL	
<a href="#">Luiz Henrique Santos Brandão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>120</b>
ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE	
<a href="#">Samara Letycia Moura Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>127</b>
ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO	
<a href="#">Juçara de Souza Nassau</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>137</b>
FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL	
<a href="#">Lindsay Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>153</b>
GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA	
<a href="#">Maria Raphaela Campello</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>166</b>
GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO <i>FRONT NATIONAL</i> COM MARINE LE PEN	
<a href="#">Makchwell Coimbra Narcizo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250418</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>179</b>
HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA	
Rogério Chaves da Silva	
George Mendes Marra	
Delson Ferreira	
Geovane Reges de Jesus Campos	
Amivaldo Batista dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>195</b>
HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998	
Fabrício Ferreira de Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>209</b>
INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	
Ronía Batista Vaz Otoni	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>217</b>
JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS	
Flávia Arruda Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.82119250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>226</b>

## HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998

### Fabício Ferreira de Medeiros

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro - RJ

**RESUMO:** Nos anos 1990, muito se questionou acerca do modelo de desenvolvimento a ser adotado no Brasil. Defendendo um Estado menos intervencionista, surgiram atores políticos engajados na construção de um projeto político (neo)liberal, a partir do qual se propunha que o mercado passasse a ser a instância de organização social por excelência. Nesse sentido, propõe-se discutir a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, tendo como cenário as eleições presidenciais de 1994 e 1998. Considerando os periódicos enquanto atores políticos, sugere-se que a *Folha* e *O Globo* não somente protagonizaram os debates públicos de então, como, inclusive, buscaram difundir um projeto político próprio, assentado no neoliberalismo e expresso na defesa de reformas estruturais (previdenciária, trabalhista, tributária e administrativa), bem como em um programa sistemático de desestatização.

**PALAVRAS-CHAVE:** atores políticos; periódicos; neoliberalismo.

**ABSTRACT:** In the years of 1990 a lot was questioned about the development model to be

adopted in Brazil. Defending a less interventionist government, political actors emerged engaged in the construction of a (neo)liberalistic political project, from which was proposed the Market as a social institution by excellence. In this way, it is proposed to discuss the political action of newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo*, having as background the presidential elections of 1994 and 1998. Considering those press as political actors, it is suggested that *Folha de São Paulo* and *O Globo* not only were the protagonists of public debate, as they also tried to disseminate their own political project based on neoliberalism exposed in the defense of structural reforms (social security, labor, tributary and administrative), as well a systematic program of privatization.

**KEYWORDS:** political actors; press; neoliberalism.

### 1 | INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, os historiadores retiveram desconfianças em relação à imprensa. Permeada de debates apaixonados, expressão de partidarismos, doutrinas ou mesmo de interesses de classe, essa fonte foi relegada a uma completa marginalização historiográfica, a qual resultava da própria concepção da História



e da noção de documento. De todo modo, a partir dos anos 1970, a escrita da História passou por uma série de questionamentos e reformulações, os quais ajudaram a promover o jornal enquanto objeto de estudo.

Com esse movimento de ordem epistemológica, se buscou compreender o protagonismo dos periódicos em momentos distintos da história política brasileira. E dentre os recortes temporais, é possível afirmar que os anos 1990 têm recebido uma atenção especial. Marcado, entre outras coisas, pelos processos de liberalização política (democratização) e liberalização econômica (neoliberalização), o período que se inicia com a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência da República (1990) e ganha contornos mais definidos com a era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se constitui em um dos cenários mais recorrentes nas análises relativas à atuação política da imprensa no Brasil.

Salvo tais considerações, este trabalho, ainda que de maneira introdutória, tem por objetivo principal lançar luz sobre a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, nos cenários que envolvem as eleições presidenciais de 1994 e 1998, buscando apontar determinados elementos que caracterizam o pensamento político desses periódicos, analisados principalmente a partir de seus editoriais. Além disso, vale ressaltar que as considerações aqui discriminadas são resultado de uma pesquisa (de dissertação de mestrado) em desenvolvimento junto ao professor Ricardo Mendes, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## 2 | JORNAL COMO OBJETO DE ESTUDO E ATOR POLÍTICO

### 2.1 O Jornal Enquanto Objeto de Estudo

Diversos pesquisadores já salientaram que a consideração do jornal como objeto de estudo é fato relativamente recente no campo historiográfico. Em geral, afirma-se que a ausência de estudos sobre a imprensa, não como fonte apenas, mas principalmente como objeto privilegiado de análise, está associada a certa tradição da historiografia (a chamada escola metódica ou positivista), colocada como um dos principais paradigmas da disciplina no século XIX, no Ocidente, mas que também deitou raízes no século XX. Pautados por uma recusa deliberada da subjetividade das fontes e do próprio pesquisador, os historiadores herdeiros de Ranke, Langlois e Seignobos acreditavam que por meio da análise do documento seria possível alcançar a “verdade dos fatos” (CAPELATO, 2015; LUCA, 2011; ABREU, 2008). Consequentemente, os jornais, associados ao tempo presente, a interesses particularistas, partidarismos, paixões e ideologias, lhes pareciam pouco confiáveis, não merecendo o estatuto de fonte histórica (LUCA, 2008).

Aliás, mesmo com os ataques operados pelos pesquisadores reunidos

sob o movimento dos *Annales* (1929-) contra a historiografia do século XIX e seus postulados, manteve-se a desconfiança, entre os historiadores, em relação ao jornal como objeto de estudo, na medida em que os periódicos foram associados a uma série de questões contra as quais os *Annales* se opuseram, ou, ao menos, não deram a devida importância, quais sejam: a história política, vista sob a perspectiva da escola metódica; o tempo presente e a narrativa, relacionados à história política tradicional. Contra a história política, tal como fora praticada até as primeiras décadas do século XX, uma série de historiadores passaram a pensar a História em termos de um tempo mais longo, em atores coletivos e não mais em indivíduos, em estruturas sociais e econômicas, e não mais em fatos e fenômenos de ordem política, deixando de perceber, porém, como salientou Jacques Julliard (1995), que o problema da história política era metodológico e não de sua natureza.

Seja como for, a partir dos anos 1970, com a terceira geração dos *Annales*, a historiografia sofreu transformações significativas, expressas em um nítido “alargamento do campo de preocupação dos historiadores”, como concluiu Tania Regina de Luca (2008, p. 113). Em um movimento multipolar, originário de direções e correntes historiográficas distintas, mas que encontrou na França e nos *Annales* um canal significativo de expressão, se operou a reabilitação e a renovação da história política (RÉMOND, 2003; FALCON, 1997); bem como um maior interesse pelo contemporâneo, com o surgimento da história do tempo presente (BÉDARIDA, 1998; ROUSSO, 2016); um diálogo produtivo entre historiadores e jornalistas (RIOUX, 1999); o retorno e a resignificação da narrativa (STONE, 1979); e, principalmente, a mutação da noção de documento, que deixou de ser visto sob o prisma da neutralidade e passou a ser analisado ele mesmo enquanto um produto e uma construção social (DUMOULIN, 1993).

Resultado, embora não único, destas transformações de perspectiva na escrita da História, o jornal saiu da margem da produção histórica e se constituiu como objeto de estudo (LUCA, 2008; CAPELATO, 2015). A partir da análise da imprensa, Maria Helena Capelato argumenta que é possível “acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (1988, p. 13) e “compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos” (2015, p. 115). Para Ana Maria de Almeida Camargo, o jornal, enquanto fonte, permite examinar a “consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas”, devendo-se considerar que ao historiador não cabe somente estudar a realidade em si, mas inclusive “o que se pensa sobre ela” (1971, p. 225). Mas, além disso, cabe avaliar o peso ou importância da imprensa e do jornal, em especial, nas disputas políticas de determinado período histórico, na medida em que os jornais não somente surgem historicamente ligados a questões políticas (e econômicas), como contribuem em boa parte para a configuração das estratégias de luta pelo exercício do poder, como observou Nelson Werneck Sodré (1966).

## 2.2 O Jornal Como Ator Político

Nesse trabalho, consideramos o jornal como ator político, categoria na qual incluímos a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a partir desse momento citados respectivamente como *FSP* e *OG*. No Brasil, ao menos, o jornal é visto desta forma praticamente na mesma medida em que é considerado um objeto de estudo. Exemplos dessa perspectiva teórica podem ser dados pelos trabalhos pioneiros de Capelato, em sua dissertação de mestrado, *O pensamento liberal de O Estado de S. Paulo (1927-1932)*, defendida em 1974, e sua tese de doutorado, *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*, defendida doze anos depois, em 1986, ambos sob a orientação de Carlos Guilherme Mota. A partir desses estudos que privilegiam a atuação política da chamada grande imprensa paulista de corte liberal, entre os anos de 1920 e 1945, a historiadora mostra que o jornal participa ativamente dos debates públicos, dos conflitos e das lutas políticas de determinado período histórico, buscando mobilizar a sociedade em favor de uma causa específica e contribuindo com a configuração das tendências de opinião pública.

Nesse meio tempo, Capelato, em uma parceria com seu ex-orientador, Mota, se dedica ainda a escrever um livro no qual busca realizar uma leitura da história e dos posicionamentos políticos da *FSP*, ao mesmo tempo em que se pretende relacionar a atuação do jornal paulista ao contexto histórico do período que vai de 1921, marco de fundação da *Folha da Noite*, um dos primeiros jornais do atual Grupo Folha, até o ano de 1981, quando da publicação da *História da Folha de S. Paulo*. Por meio de um levantamento exaustivo de fontes, os historiadores conseguem mostrar que a atuação política do jornal paulista não se deu de maneira uniforme no tempo e sem discrepâncias mesmo no que se refere aos interesses daqueles grupos sociais os quais desejava representar. Menos do que mero instrumento de uma elite dominante, a *Folha de S. Paulo* é vista como um veículo de intervenção social e política, o qual detém certa autonomia, não se subordinando aos interesses de grupos frente aos quais nutre maior afinidade em determinado período histórico (MOTA; CAPELATO, 1981).

Em estudo posterior, o pesquisador e professor uruguaio Héctor Borrat, falecido em 2014, se dedica a ler o jornal como ator político, que, ao mesmo tempo, influencia e é influenciado pelo campo político no qual se insere, posicionando-se, em graus variados de definição, acerca de um conjunto específico de relações de conflito. Em suas palavras,

Si por actor político se entiende todo actor colectivo o individual capaz de afectar el proceso de toma de decisiones en el sistema político, el periódico independiente de información general ha de ser considerado como un verdadero actor político. Su ámbito de actuación es el de la *influencia*, no el de la conquista del poder institucional o la permanencia en él. El periódico pone en acción su capacidad para afectar el comportamiento de ciertos actores en un sentido favorable a sus propios

intereses: influye sobre el gobierno, pero también sobre los partidos políticos, los grupos de interés, los movimientos sociales, los componentes de su audiencia. Y al mismo tiempo que ejerce su influencia, es objeto de la influencia de los otros, que alcanza una carga de coerción decisiva cuando esos otros son los titulares del poder político (BORRAT, 1989, p. 67).

A noção de ator político aplicada ao jornal por Borrat e delineada, de maneira empírica, por Mota e Capelato é a mais próxima daquilo que propomos para se pensar a atuação da imprensa na perspectiva da história política. Em outros trabalhos, a exemplo de Francisco Fonseca (1994) e Rodrigo Carvalho (2006), recorre-se ao conceito gramsciano de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), no sentido de dar visibilidade ao sentido político e ideológico presente na imprensa. Porém, em vários momentos, particularmente em Carvalho (2006), o jornal aparece subordinado a interesses de classe, entenda-se, da classe dominante. Ora a *FSP* e *OG*, periódicos considerados na pesquisa do autor no recorte dos governos FHC (1995-2002), são reconhecidos em sua relativa autonomia de atuação, que se faz “acima dos partidos” e em relação a “seus próprios interesses” (CARVALHO, 2006, p. 234), ora essa autonomia é negada quase que por completo, a partir de uma leitura rígida de Gramsci e Althusser, teóricos para os quais “os jornais são instrumentos fundamentais a serviço da classe dominante para se buscar a hegemonia na sociedade” e o “exercício do poder” (CARVALHO, 2006, p. 233 e 234).

Em nosso entendimento, o compartilhamento de interesses entre um dado jornal e determinado grupo, classe, partido ou governo não implica, necessariamente, na subordinação do veículo de comunicação àquele ator outro, mas sim em uma afinidade de interesses que pode (e tem tendência a) ser variável no tempo, isto é, mais ou menos duradoura. Em outras palavras, dizer que o jornal x apoiou o governo y e/ou a classe z de modo a instrumentalizar as ações destes não oferece uma compreensão satisfatória acerca da atuação política daquele jornal, na medida em que ele deixa de ser sujeito, passando a ser mero agente passivo-funcional sob determinada correlação de forças, que tem sua expressão fundamental em termos de tensões entre classes sociais (a partir de uma leitura marxista). Minimiza-se a qualidade de objeto de estudo pertencente ao jornal para encará-lo como apêndice da luta de classes. Ao contrário dessa perspectiva teórica, portanto, defendemos a categoria de ator político para o jornal, mas reconhecendo sua relativa autonomia diante de suas intervenções no debate público, conseqüentemente, no campo político e em relação às posições ocupadas pelos indivíduos, grupos e partidos nele inseridos (ou marginalizados).

### **3 | O POLÍTICO NA PERSPECTIVA DA *FSP* E D’*OG*, 1994 E 1998**

#### **3.1 Estudos Sobre o Pensamento Político da *Fsp* E D’*og* Nos Anos 1990**

Os estudos relativos à atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* (*FSP*) e *O Globo* (*OG*) nos anos 1990 podem ser agrupados, não exclusivamente, entre: 1)

os trabalhos de caráter mais geral, voltados para a grande imprensa nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; 2) estudos específicos sobre a *FSP* e *OG*; e 3) produções parciais, que ora se limitam a um ou outro jornal de forma isolada. Além disso, e até onde temos conhecimento, as análises acerca da imprensa no período em questão têm privilegiado sua atuação em contextos eleitorais, notadamente 1989, 1994 e 1998, mas também, predominantemente, a questão do neoliberalismo e de que maneira, especificamente, os jornais (e revistas) têm contribuído para a difusão dessa ideologia.

Seria possível falar em uma historiografia acerca do tema ora discutido? Dificilmente. Em levantamento sistemático de teses, dissertações e artigos desenvolvidos tendo como objeto a relação entre mídia e eleições, Leandro Colling (2006) demonstra que há uma predominância da área de Comunicação, seguida pela Ciência Política e pelas Ciências Sociais, sendo o jornalismo o campo privilegiado pelos especialistas. Em sua pesquisa, não é verificada nenhuma ocorrência para a História. De todo modo, ainda que poucos existem estudos realizados por historiadores que não se limitam à atuação dos jornais em período eleitoral.

Fonseca, por exemplo, em sua tese de doutorado em História Social, defendida em 2001 sob a orientação de Maria Helena Capelato, faz uma análise consistente acerca da atuação política e ideológica da grande imprensa (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil*) no período em que teve “desfecho” a transição democrática, qual seja, de 1985 a 1994. Retomando e ampliando sua pesquisa de mestrado (FONSECA, 1994), na qual o recorte é mais restrito (de 1984 a 1987), o autor volta a defender a tese de que desde meados dos anos 1980 a imprensa, agora representada pelos jornais mais influentes de São Paulo e Rio de Janeiro, esteve engajada na introdução da agenda neoliberal no Brasil, buscando, por meio de estratégias de vulgarização de determinados temas apresentados em seus editoriais, difundir e tornar hegemônica a precedência do mercado sobre o Estado, conseqüentemente, da esfera privada sobre a esfera pública. A exemplo de outros autores, Fonseca (2001) identifica na defesa da liberalização econômica, da privatização (ou desestatização) e na proposta de desregulamentação, por parte daqueles periódicos, a adesão ao projeto político neoliberal, conservador e autoritário e, portanto, o sentido ideológico de sua atuação política. Sua pesquisa poderia ser inserida no primeiro grupo de estudos apresentados mais acima.

Ainda nesse grupo, que privilegia o marco da grande imprensa como objeto de análise e recai sobre um conjunto mais amplo de jornais, podemos citar a pesquisa, oriunda de uma dissertação de mestrado em Comunicação defendida por Carlos Sávio Gomes Teixeira, também em 2001. Analisando os editoriais dos mesmos jornais considerados por Fonseca (2001), Teixeira (2001) examina o posicionamento político da grande imprensa nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, chegando à conclusão de que em ambas as oportunidades houve um apoio significativo e consensual à vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) por parte de todos os jornais pesquisados. Se utilizando da metodologia da Análise de Conteúdo, e se apoiando no conceito

de ideologia, o autor está mais preocupado em evidenciar o referido apoio político ao candidato do Partido da Social Democracia Brasileira do que em explicar o pensamento e a atuação política daqueles periódicos. De certo modo, suas conclusões se aproximam da interpretação de Fonseca: o neoliberalismo mais uma vez é colocado como elemento norteador da atuação política da grande imprensa. Contudo, o “como”, ou melhor, as evidências empíricas e a história dos jornais ficam no esquecimento, sendo necessário dizer que o próprio autor reconhece os limites de sua pesquisa:

Saber como cada jornal construiu sua própria versão relativa ao apoio/oposição aos planos econômicos, assim como sistematizaram suas argumentações relativas ao apoio/oposição ao candidato do PT, comparando uns com outros, só poderia ser devidamente encaminhado por um outro trabalho além dos limites que aqui se impôs (TEIXEIRA, 2001, p. 100).

Em um segundo grupo de estudos relativos à atuação política da *Folha* e d'*O Globo*, destacamos a dissertação de mestrado, também na área de Comunicação, defendida em 2006 por Rodrigo Carvalho. Através da mesma, o autor faz uma análise dos editoriais da *FSP* e d'*OG*, entre os anos de 1995 e 2002, no intuito de verificar como esses periódicos se posicionaram durante o governo FHC, mas também com o objetivo de realizar um mapeamento do pensamento político daqueles jornais. Partindo de uma perspectiva teórica marxista, na qual tem peso significativo as noções de APH e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), portanto, o pensamento de Gramsci e Althusser, respectivamente, Carvalho (2006) organiza sua análise por meio de três eixos temáticos: 1) político, que reúne grupos de apoio e oposição ao governo, os movimentos sociais, especialmente aqueles à esquerda, e os debates e posicionamentos no que se refere à reeleição; 2) econômico, agrupando a questão da estabilização econômica, a inflação, a dívida pública etc.; e 3) ideológico, expresso nos debates de então, porém, mais dedicado ao neoliberalismo.

No plano político, Carvalho observa que tanto a *FSP* quanto *OG* fizeram críticas sólidas aos movimentos sociais e aos partidos de oposição a FHC, caracterizados “como radicais e sem compromisso com a estabilidade política, sem projeto para o país, recorrentes à desordem [...]” (CARVALHO, 2006, p. 129). Ambos os jornais estiveram comprometidos com a desqualificação, *a priori*, de projetos políticos de esquerda, o que implica dizer que a um só tempo recusavam o debate político e colocavam o projeto neoliberal como o único possível naquele momento. Segundo Carvalho, no que tange particularmente ao pensamento político da *Folha*, a esquerda “não tinha autoridade política nem projeto de governo para mudar os rumos do país” (2006, p. 153). No campo econômico, esses jornais estavam, afirma o autor, engajados na defesa: da estabilização econômica, irmanados sob o Plano Real; das privatizações, o que se refletia em ataques frontais às empresas públicas e, em particular, aos bancos estaduais; da reforma administrativa, expressa na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; e do livre mercado. Também somaram forças na crítica aos monopólios estatais, casos do petróleo, das telecomunicações e do setor elétrico; na atribuição de responsabilidades

pela crise econômica de 1998 única e exclusivamente a fatores externos, quando não a própria instabilidade política criada pelas eleições etc. Em relação aos debates ideológicos, Carvalho salienta que a atuação da *FSP* e d'*OG* girou em torno de críticas à legislação trabalhista e à previdência social, bem como a própria noção de *Welfare State* (Estado de bem-estar social). Ao contrário, defendia-se o enxugamento do Estado, a subtração de suas responsabilidades e da intervenção na economia, mas também a eliminação de encargos sociais em relação aos empregadores. Porém, afirma que apesar dos periódicos contribuírem significativamente para a difusão do neoliberalismo no Brasil, em determinados momentos, estes não deixaram de fazer críticas ao modelo de desenvolvimento apresentado com o “Consenso de Washington” (o que foi mais evidente no caso da *FSP*, no segundo mandato presidencial de FHC), haja vista o reconhecimento de certos desequilíbrios por ele provocados. Ainda assim, ambos os periódicos não reconhecem o neoliberalismo como uma realidade, quer seja a nível nacional, com FHC (1995-2002), quer seja a nível internacional.

Carvalho chega a conclusões muito semelhantes aquelas apresentadas por Fonseca, salvo as distintas abordagens e recortes. Apesar de desenvolver uma análise fluída, que ora reconhece a autonomia do jornal, ora lhe trata como instrumento da luta de classes, o autor acaba lhe atribuindo uma preeminência funcionalista como agente difusor do neoliberalismo, apoiador do governo FHC, da classe dominante e, principalmente, do próprio sistema capitalista.

Os argumentos, a luta de idéias travadas pelos jornais, está diretamente ligados à preservação do modo de produção dominantes, à estrutura de funcionamento social de exploração de classe. A posição diante das privatizações e abertura da economia nacional está ligada aos grupos econômicos oligopolizados nacionais e estrangeiros; a crítica à crítica da propriedade privada é essencial para a manutenção do sistema, sem a menor dúvida para os jornais; as explicações do nosso atraso social e a falsa consternação contra a miséria estão ligados ao pressuposto que qualquer mudança deva preservar os privilégios de classe (CARVALHO, 2006, p. 248-249).

Em uma terceira corrente de estudos, podemos situar a tese de doutorado em História defendida por João Braga Arêas em 2012, na qual o historiador se propõe a compreender a importância política e ideológica do jornal *OG* na construção de um amplo consenso em torno do neoliberalismo, entre os anos de 1989, com a eleição de Fernando Collor, e 2002, concluída a era FHC. Apesar de analisar *OG* nas eleições presidenciais de 1989 e 2002, Arêas está mais interessado na questão do neoliberalismo, que no seu entendimento se expressava, em boa medida, através da defesa sistemática das privatizações. Tendo esse tema como eixo de sua pesquisa, o historiador examina de que forma o jornal se colocou frente a seus opositores. Em uma leitura gramsciana, semelhante aquelas até aqui delineadas, na pesquisa deste autor, “*O Globo* é considerado um ‘partido’ de diferentes frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais” (ARÊAS, 2012, p. 41). De tal perspectiva teórica sustenta-se a seguinte conclusão:

O partido *O Globo* procurou tornar hegemônicos os valores neoliberais (como a crença na 'eficiência do mercado'), de modo a unificar as diferentes frações dos grupos sociais dominantes – ou, ao menos, atenuar suas divergências internas – além de obter adesão das classes sociais subalternas (ARÊAS, 2012, p. 41).

Seja como for, o trabalho de Arêas oferece uma série de subsídios para se pensar a atuação política da imprensa e, em particular, d'*OG* nos anos 1990, recuperando a dimensão histórica desse objeto de estudo – inclusive, resgatando sua participação na ditadura militar -, inserindo o mesmo em uma duração mais longa, buscando situá-lo no conjunto de veículos e produtos do Grupo Globo etc. A partir desta abordagem, o pesquisador mostra o quão opositor *OG* foi aos movimentos sociais em momentos distintos da sua história, bem como apoiou uma noção limitada e elitista de democracia, não apenas no início da ditadura militar, mas também no contexto do movimento Diretas Já e nos anos 1990. Levantando uma gama de expressões e termos utilizados pelo jornal para caracterizar e representar de maneira extremamente negativa o principal partido da oposição (o Partido dos Trabalhadores, PT) ao governo no período tratado, Arêas mostra como *OG* tentou desqualificar as críticas ao neoliberalismo e, mais do que isso, criminalizar o partido que tinha as melhores condições políticas de implantar um projeto alternativo e de esquerda. Segundo o autor, eram estas as expressões mobilizadas pelo veículo da família Marinho no intuito de desqualificar a oposição a FHC:

[...] horas, extremistas, fanáticos, xiitas, radicalismo, totalitarismo, ditadura, fascistas, Hitler, censura, algema, patrulhamento, assalto, selvagem, hostilizar, incitar, invadir, arrombar, rasgar, destruir, socos, pauladas, enfurecidos, lobo, velho, contramão, obsoleto, falido, caos, calote, dentre outras (ARÊAS, 2012, p. 128; ênfase do autor).

Ao construir essa imagem do PT, adverte, o jornal *OG* não só criminalizava o partido, desconsiderando a perseguição sofrida por seus membros e militantes ao longo do regime militar (1964-1985), como também se isentava do apoio oferecido aquele regime (ARÊAS, 2012), evidenciado empiricamente pelo próprio Arêas.

### 3.2 Notas Iniciais Sobre uma Leitura da *Fsp* E D'*og* Como Atores Políticos, Em 1994 E 1998

Como é possível observar através dos estudos citados, a *FSP* e *OG*, ao longo dos anos 1990, participaram ativamente dos debates políticos, buscando difundir sua própria visão de mundo, elaborar diagnósticos acerca dos problemas a serem enfrentados pelos governantes, delimitar propostas políticas no seu respectivo campo e tornar hegemônico ou dominante um projeto específico: o neoliberal. Mas, além disso, a liberalização política que estava em pauta desde os anos 1970, ganhando força nos anos 1980, também permeia a conjuntura política da década seguinte, embora não ganhe ênfase significativa nos editoriais da grande imprensa. Na verdade,



como sugere Colling (2006), no que tange aos estudos sobre mídia e eleições na Nova República - e no que temos percebido por meio da análise empírica -, a dimensão política fica em clara desvantagem em relação ao econômico nos editoriais da *FSP* e *d'OG*.

Na realidade, os editoriais desses periódicos têm dado uma saliência claramente favorável a fatores econômicos, em detrimento do tratamento de questões políticas, o que pode ser explicado, hipoteticamente: 1) pela defesa do neoliberalismo como ideologia e modelo de desenvolvimento, o qual preconiza o protagonismo do mercado e da esfera privada, em detrimento do político e da esfera pública; 2) pelo impacto, em certo grau generalizado, da crise inflacionária que adentra a primeira metade dos anos 1990, sustentando, contra o mal a ser combatido a defesa do Plano Real e da estabilização econômica; e também 3) devido a uma operação, consciente ou não, por parte dos proprietários e demais responsáveis pela opinião da *FSP* e *d'OG*, de despolitização de temas e questões essencialmente políticas, a exemplo da reforma constitucional (da previdência, trabalhista, tributária etc.). Nesse sentido, a despolitização veiculada pela imprensa por meio de seus editoriais assumiria o limite de não se discutir, por exemplo, a participação política, ou seja, a cidadania - mesmo em períodos eleitorais.

Ao que temos encontrado nas fontes, é possível sustentar as três hipóteses apresentadas anteriormente, sendo a primeira e a terceira de ordem ideológica, a segunda de ordem material. Partindo de uma perspectiva teórica segundo a qual a atuação política do jornal se desenvolve por meio dos mecanismos de agendamento (MCCOMBS, 2009) e enquadramento (ENTMAN, 1993) de determinados temas que deverão permitir a configuração de uma tendência dominante entre as distintas correntes de opinião pública, considera-se que a atuação política dos periódicos não se faz apenas através daqueles temas que merecem destaque, mas também por meio de silenciamentos e exclusões. Para Robert Entman (1993), o trabalho de enquadramento da realidade social desenvolvido pela mídia implica saliência, visibilidade, seleção e interpretação, mas também exclusão e silenciamento, soluções para determinados problemas vividos em sociedade e a ausência de dimensionamento de propostas alternativas.

Enquadrar a reforma da previdência em termos estritamente técnicos (fontes de financiamento) e biológicos (ciclo da vida), como fez a *FSP* em editorial publicado em 5 de julho de 1994 (Espada de Dâmocles), pode implicar em uma estratégia tanto de despolitização da questão como também de exclusão de alternativas ao problema, pensado unicamente a partir do envelhecimento da população brasileira e da falta de condições de o Estado arcar com o descompasso entre o número de trabalhadores beneficiados pela previdência, em ascendência, e o número de trabalhadores que contribuem com a mesma, em declínio. Aliás, uma estratégia retórica que se repete com frequência significativa nos dias de hoje e no que se refere a temas, questões e problemas semelhantes àqueles discutidos nos anos 1990.

Por outro lado, pode se considerar o enquadramento que *OG* faz da privatização, em editorial de 21 de setembro de 1994 (*Agenda para o presente*). Nele, a privatização – ou desestatização, como é citada em vários editoriais – não é defendida pelo jornal apenas como uma possibilidade, mas sim como uma condição *sine qua non* no que se refere às “condições de cumprir quaisquer compromissos assumidos durante a campanha eleitoral”. Tratando o problema em termos puramente econômicos, como uma transferência de custos de manutenção entre setor público e privado a ser apoiada, ainda, pelo incremento de impostos das empresas privatizadas, o periódico carioca despolitiza o debate e, a exemplo do que faz em outras oportunidades, nisso se assemelhando a *FSP*, trata da privatização como um fenômeno que irá, em sua avaliação, beneficiar a todos indistintamente, sejam empregadores, empregados e consumidores. Generalizam-se interesses particulares, eliminando-se retoricamente as contradições inerentes aos efeitos das privatizações, ao se vulgarizar a apresentação do tema em questão. Vale dizer que ambos os jornais, em seu pensamento político, tratam a sociedade mais como um conjunto de consumidores do que propriamente como um agregado de cidadãos, fato que sugere mais uma vez o viés economicizante e despolitizante frequentemente estampado nos editoriais da *FSP* e d’*OG*.

#### 4 | CONCLUSÃO

Nesse trabalho procuramos discutir questões teórico-metodológicas e de conteúdo relativas à atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nos cenários que envolvem as eleições presidenciais de 1994 e 1998, buscando apontar determinados elementos que caracterizam o pensamento político desses periódicos, analisados principalmente a partir de seus editoriais. Ao resgatar a dimensão política da imprensa brasileira, pensada enquanto objeto de estudo, propomos reconhecer sua autonomia que é relativa, dadas as relações que mantém com o Estado, na condição de uma atividade oriunda de concessão pública e mais ou menos dependente de verbas publicitárias e/ou de legislação específica, mas também ressaltada sua relação com os próprios anunciantes do jornal, os quais permitem sua sobrevivência empresarial.

Tudo isso só mostra o quão complexa é a atuação política da imprensa e, em particular, dos jornais, na medida em que estes veículos são instituições públicas e privadas, ao mesmo tempo. São públicas porque se apresentam como intermediárias entre o Estado e a sociedade, mediadoras entre os níveis público e privado e fiscalizadoras das autoridades. Mas, conforme os jornais se modernizam, adquirem o *status* de empresa, e como tais transformam-se em instituições privadas voltadas para o lucro. Ainda assim, os jornais, ou melhor, seus proprietários, permanecem autodenominando-se intérpretes e representantes da opinião pública, uma estratégia política e ideológica que, como bem observou Capelato, “permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da ‘opinião pública’” (2015, p. 122).

Como indicamos, os jornais protagonizaram o campo político brasileiro nos anos 1990, se posicionando acerca dos mais variados temas: legislação trabalhista, previdência social, inflação e estabilização econômica, partidos e movimentos de oposição ao governo, crise econômica de 1998, eleições presidenciais etc. No geral, foi possível apresentar um mapeamento do pensamento político da *FSP* e *d'OG*, não apenas ao longo dos cenários de 1994 e 1998, mas também durante toda a década, o que sugere uma atuação política consistente e engajada da parte dos periódicos mencionados.

Defendendo um novo modelo de desenvolvimento, o qual prioriza o mercado como instância privilegiada de organização social, em detrimento do Estado, a *FSP* e *OG* atuaram politicamente e mesmo empresarialmente, dado que possuíam interesses diretos nas privatizações e no fim do monopólio estatal das telecomunicações etc. Segundo Fonseca (2001), a atuação desses periódicos foi a um só tempo: política, ideológica e empresarial. Todavia, não concordamos com a perspectiva marxista segundo a qual o jornal é tomado como instrumento da classe dominante. Sua afinidade a determinado projeto político, governo, partido, classe, grupo e/ou líder político não implica, necessariamente, submissão.

Ao contrário, temos sustentado, inclusive com base nos estudos de Fonseca sobre a grande imprensa no pós-1984, que há evidências empíricas significativas que sugerem a existência de um projeto político defendido por aqueles jornais de maneira relativamente autônoma. Nesse sentido, menos do que se submeter ao governo FHC, a *FSP* e *OG* pautaram suas ações e difundiram uma tendência particular da opinião pública através dos mecanismos de agendamento e enquadramento, contribuindo com o resultado das eleições que levaram o candidato tucano ao poder e o mantiveram na chefia do Executivo, em 1994 e 1998, mas também o fizeram considerando seus próprios interesses e de forma precedente a eleição de 1994.

A defesa insistente, por parte daqueles periódicos, no que tange à precedência do mercado sobre o Estado, das privatizações, da estabilização econômica, as críticas à legislação trabalhista, a defesa do livre mercado e da abertura ao capital estrangeiro, entre outras coisas, não são elementos característicos da atuação política da *FSP* e *d'OG* apenas nos anos 1990, mas também se fazem presentes em sua intervenção no debate público desde, pelo menos, meados dos anos 1980. E mesmo no período em que se consolida uma agenda neoliberal, entre Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002), menos do que se constituir enquanto um poder submetido ao governo, os jornais da grande imprensa se apresentaram como instâncias de poder relativamente autônomas, capazes de pressionar e criticar até mesmo aqueles atores afinados com suas ideias e valores. Portanto, perceber o jornal como ator político implica, necessariamente, em identificar suas vinculações sociais e econômicas, restituir suas relações políticas em dado campo, recuperar sua visão sobre os conflitos e questões polarizadoras, mas sempre considerando que sua atuação não resulta de uma simples relação funcionalista e instrumentalizante da luta de classes, como quer a análise

marxista, e sim de uma teia complexa que envolve afinidades e compartilhamento de interesses não absolutos, apoio circunstancial e não, necessariamente, consistente ao longo do tempo e das conjunturas.

## REFERÊNCIAS

Fontes

**FOLHA DE S. PAULO.** Espada de Dâmocles. São Paulo, p. 2, 5 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

**O GLOBO.** Agenda para o presente. Rio de Janeiro, p. 6, 21 set. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves. Introdução. In: \_\_\_\_\_ *et al.* **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 7-12.

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão.** 2012. 352 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2012.

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, Madri - Espanha, n. 20, p. 19-27, 1998.

BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. **Análisi**, Barcelona – Espanha, n. 12, p. 67-80, 1989.

CAMARGO, A. M. A. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, São Paulo, p. 225-239, 1971.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. **O pensamento liberal de O Estado de S. Paulo (1927-1932).** 1974. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

\_\_\_\_\_. **Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945).** 1986. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia C. (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas.** São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 114-136.

CARVALHO, Rodrigo. **A imprensa escrita na era FHC: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002.** 2006. 271 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) - Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

COLLING, Leandro. **Os estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura.** 2006. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2006.

DUMOULIN, O. Documento. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas.** Tradução de Henrique Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 243-244.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, 43(4), p. 51-58, 1993.

FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.

FONSECA, Francisco. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987)**: projeto político e estratégias de convencimento (revisão *Visão* e jornal *O Estado de S. Paulo*). 1994. 419 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Divulgadores e vulgarizadores**: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (Dir.). **História**: novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita; rev. téc. de Dirceu Lindoso e Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 181-196.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed.; 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MC COMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. R. **História da Folha de S. Paulo**: 1921-1981. São Paulo: IMPRES, 1981.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RIOUX, J-P. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru – SP: EDUSC, 1999, p. 119-126.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Trad. Denise Bottmann. **Past and Present**, Oxford – Inglaterra, n. 85, p. 3-24, 1979.

TEIXEIRA, C. S. G. **Imprensa e poder**: as eleições presidenciais de 1994 e 1998. 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2001.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-282-1

